

# ADJETIVOS E ADVÉRBIOS COMO OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Hilda de Oliveira Olímpio (Ufes)

## RESUMO

Inserido no quadro teórico da Semântica Argumentativa delineada por Oswald Ducrot (1972), para quem a argumentação é a função fundamental da linguagem, e ancorado no princípio postulado por Anscombe & Ducrot (1983) de que “a argumentação está na língua”, este estudo objetiva, em sentido amplo, discutir a questão da gradualidade nos processos argumentativos. Dentro desse contexto, fazendo um recorte mais pontual, busca examinar um conjunto de enunciados em que adjetivos e advérbios, com função lexical esvaziada, exercem, como propõe Ducrot (1995, 2002), a função de operadores argumentativos, potencializando ou atenuando (e, mesmo, invertendo) a força argumentativa de nomes e verbos.

**Palavras-chave:** *Enunciação; argumentação; operadores argumentativos; blocos semânticos.*

## ABSTRACT

Inserted in the view theoretical of the Argumentative Semantics delineated by Oswald Ducrot (1972), for who the argument is the basic function of the language, and anchored in the principle postulated by Anscombe and Ducrot (1983) that says that “the argument is in the language”, this study objective, in an ample direction, to argue the question of the gradation in the argumentative processes. On this context, making a prompter clipping, it inquirys to examine a set of statements where adjectives and adverbs, with emptied lexical function, exert, as Ducrot considers (1995, 2002), the function of argumentatives operators, powering or attenuating (and, even, inverting) the argumentative strength of names and verbs.

**Keywords:** *Enunciation; argumentation; argumentative operators; semantic blocks.*

A Semântica Argumentativa é uma semântica linguística de configuração estruturalista, que, na linha saussuriana, perseguiu, em todas as suas versões, a ideia de que o valor de uma entidade linguística não está na sua relação direta com mundo, mas na relação que ela mantém com outras entidades da língua. Por isso, o foco de sua investigação é o sentido produzido pelo uso das formas linguísticas, e não o sentido pretendido pelo locutor. A língua é que aponta (dá instruções) para determinar o contexto de produção. Daí a concepção de uma pragmática integrada ou pragmática linguística, como a teoria ficou conhecida por décadas.

Apesar de estruturalista, Ducrot afastou-se de Saussure, que encarava a língua como um código para a transmissão de informação, e tomou a argumentação como sua função fundamental, chegando a admitir que o valor factual real das palavras é uma ilusão, subsidiária e derivada do valor argumentativo fundamental.

Para caminhar nessa direção enunciativa, apoiou-se nas pesquisas de Benveniste e no referencial teórico dos analistas de Oxford. Posteriormente, buscou em Bally e Bakhtin inspiração para trabalhar a questão da polifonia. Mas sempre priorizando a forma, categorias do sistema linguístico cuja significação fornecia instruções para buscar o sentido dos enunciados. Em suas próprias palavras, Ducrot se propôs a fazer um “estruturalismo do discurso”.

Para compreender, no quadro da Semântica Argumentativa, o postulado de que “a argumentação está na língua” e, a partir daí, circunscrever o tema dos operadores argumentativos, faz-se necessário proceder a um percurso retrospectivo, acompanhando as diversas formas que Ducrot e seus colaboradores imprimiram à teoria, desde o seu modelo *standard* (1983), passando pela articulação entre *topos* e polifonia enunciativa ([1984]/1987, 1995), até chegar ao modelo dos *blocos semânticos*, desenvolvido mais recentemente, a partir de Carel (1992, 1997).

Como já é sabido, na sua forma *standard*, a Semântica Argumentativa priorizou o trabalho com os operadores (tipo: *até, mesmo, quase, pouco, um pouco*), dando ênfase ao potencial argumentativo desses operadores na sinalização das conclusões; na fase dos *topoi* em articulação com a

noção de polifonia, priorizou o papel dos enunciadores na expressão dos pontos de vista colocados em cena pelo locutor, enfatizando o princípio argumentativo que garantia a passagem do argumento à conclusão (*a donc c*); na fase dos *blocos semânticos*, a noção-chave passou a ser a de interdependência semântica no encadeamento (normativo – em *donc*; ou transgressivo – em *pourtant*) entre os segmentos articulados nos enunciados, os quais não têm sentido isoladamente, mas, sim, em conjunto.

Vale ressaltar que as diversas revisões que os autores impuseram à teoria como um todo foram sempre motivadas pelos dados empíricos. Na fase *standard*, por exemplo, a preocupação da teoria era mostrar as conclusões para as quais os operadores argumentativos apontavam. Veja-se o caso de *pouco* e *um pouco*, por exemplo. Inicialmente os autores tentaram mostrar que tais operadores apontavam para conclusões diferentes. Como nos exemplos abaixo, em que *um pouco* aponta para uma conclusão favorável a *treino*, e *pouco*, para uma conclusão desfavorável:

Jorge treinou *um pouco*. Vai se sair bem na competição.

Jorge treinou *pouco*. Não vai se sair bem na competição.

Posteriormente, caminhando para a segunda fase, chegaram à conclusão de que o que comandava a orientação argumentativa de *pouco* e *um pouco* era o *topos* (universal, geral e gradual) sobre o qual o enunciado era construído, ou seja, era o princípio argumentativo (o sistema de crenças) subjacente à própria constituição do enunciado. Subordinados a outro princípio argumentativo, *pouco* e *um pouco* podem levar a outra conclusão. Imagine-se um contexto em que se acredita que o treino não leva a um bom resultado numa competição.

Nesse caso, poderíamos ter:

Jorge treinou *um pouco*. Não vai se sair bem na competição.

Jorge treinou *pouco*. Vai se sair bem na competição.

Poderíamos, inclusive, admitir:

Jorge treinou *muito*. Não vai se sair bem na competição.

Como se pode perceber, nesse novo contexto (garantido por um novo *topos*), as conclusões são diretamente opostas às observadas no primeiro par de exemplos. Nessa fase da teoria, articulando *topos* e polifonia, os autores convocaram, para explicar os diversos pontos de vista presentes no enunciado, a noção de enunciadores.

Avançando mais na exploração dos operadores, como *muito*, *pouco* e *um pouco*, Ducrot introduz a noção de *modificadores: realizantes e desrealizantes*. Nesse novo quadro, *muito* é um modificador realizante; *pouco* e *um pouco* são modificadores desrealizantes, sendo *pouco* um *inversor* e *um pouco* um *atenuador* da força argumentativa do termo-base.

Nessa linha de investigação,

- construções nominais como: *uma forte intervenção do estado*, *um corte drástico no orçamento*, *uma clara demonstração de apoio*, *uma alta concentração de riqueza* têm o valor argumentativo do seu núcleo nominal potencializado pela presença de adjetivos na função de modificadores realizantes;
- já em: *uma atuação fraca*, *um pequeno corte*, *uma participação insignificante*, *uma leve inclinação*, *um simples questionamento*, constata-se a ocorrência de modificadores desrealizantes, que despotencializam a força argumentativa do núcleo;
- igualmente, construções verbais do tipo: *errar totalmente*, *subir vertiginosamente*, *cortar drasticamente*, *ameaçar seriamente*, *romper terminantemente* são marcadas por modificadores realizantes/potencializadores;
- enquanto *subir ligeiramente*, *oscilar levemente*, *aparecer raramente*, *intervir moderadamente*, *explicar razoavelmente* são marcadas por modificadores desrealizantes/ despotencializadores.

Como se apontou acima, cada fase ou forma da teoria privilegiou determinadas questões para justificar a adoção da perspectiva adotada então. Na terceira fase, conhecida como a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a questão central da Semântica Argumentativa passa a ser a noção de interdependência semântica, que radicaliza o conceito de relação discursiva e rejeita a noção de *topos*, como extralinguística, portanto fora do escopo da teoria.

Na TBS, defende-se que os sentidos específicos são produzidos nos discursos; estes obedecem aos blocos semânticos contidos na língua, mas dependem dos encadeamentos discursivos selecionados. Se, por um lado, as instruções contidas nas palavras restringem as conclusões que delas se pode tirar, por outro lado, uma conclusão específica dentro de um campo de possibilidades só pode ser apreendida nos encadeamentos argumentativos, os quais podem ser normativos (em *donc/portanto*) e transgressivos em (*pourtant/entretanto*).

Aliás, segundo essa nova perspectiva, o contexto é produzido pelo discurso. Nada, em termos efetivos, preexiste ao discurso. Antes do discurso, o que existe é uma situação sem limites, uma relação aberta, que permite a construção de diferentes discursos singulares (CAREL, 1997).

Ora, se é certo que nomes como *medo* e *coragem*, por exemplo, têm valores argumentativos diferentes e apontam para direções argumentativas opostas, não se pode negar que a palavra *pavor* (ou *pânico*) não se opõe argumentativamente a *medo*, mas tem força argumentativa superior. Passando aos verbos, *elogiar* tem força argumentativa oposta a *criticar*, mas *refutar*, na mesma direção argumentativa de *criticar*, tem maior força.

O conceito de *modificadores* (adjetivos e advérbios) foi introduzido por Ducrot em 1995, dentro da teoria dos *topoi*. A partir dessa época, Ducrot & Anscombe, discutindo a gradualidade dentro do léxico, tratam os modificadores como elementos que, determinando nomes e verbos, aumentam ou diminuem seu grau de argumentação, grau que lhes é inerente (DUCROT, 1998). Já dentro da TBS (2002), este tema é retomado e, de certa forma, modificado. Nesse momento, Ducrot inclui os modificadores entre as palavras instrumentais, em oposição às palavras plenas, tomando por base a noção (proposta por Carel) de argumentação interna (AI), própria das palavras plenas ou lexicais. Para Ducrot, são palavras plenas aquelas às quais se pode atribuir uma AI, ou seja, são palavras que têm um poder argumentativo inerente. Dizendo de outro modo, as palavras plenas evocam discursos; as palavras gramaticais definem-se em relação aos discursos das palavras plenas.

O autor subdivide as palavras gramaticais (palavras ferramentas) em três classes:

- *conectores* (do tipo *portanto, entretanto*);
- *articuladores* (do tipo *porém*);
- *operadores*, subclassificados em *internalizadores* (do tipo *em vão*) e *modificadores* (do tipo *pouco, um pouco, fácil* junto a nomes como problema).

Os *internalizadores* atuam sobre o sentido das palavras plenas, interferindo na significação lexical da palavra-base; enquanto os *modificadores* atuam sobre a palavra-base, aumentando, diminuindo ou invertendo a sua força argumentativa. Pode dar-se o caso de palavras que funcionem como palavras plenas em um contexto, e como modificadores em outro. Compare-se: uma jovem *simples* e uma cirurgia *simples*. No primeiro caso, *simples* funciona como uma palavra lexical; no segundo, como um operador argumentativo.

A noção de modificador como operador realizante ou desrealizante permite avançar a discussão a respeito da argumentação contida no léxico e fornece uma categoria analítica bastante produtiva para defender uma interdependência semântica entre o argumento e a conclusão, agora encarados como constituintes de um todo discursivo.

Tome-se, para reflexão, o par de exemplos:

Este é um *problema simples*. Portanto vai ser fácil resolver.

Este é um *problema complicado*. Portanto não vai ser fácil resolver.

A idéia é de que o *adjetivo simples* agregado a *problema* diminui a sua força argumentativa; ao contrário, *complicado*, no mesmo contexto, aumenta essa força argumentativa. Nessa nova concepção, um *problema simples* não chega a ser problema, enquanto um *problema complicado* é mais do que um problema.

Na verdade, na proposta da teoria dos blocos semânticos, essa noção de força argumentativa subjacente a uma unidade fica prejudicada. Se a teoria dos blocos semânticos rejeita uma relação dicotômica entre

argumento e conclusão, o que importa é a interdependência semântica nos diversos encadeamentos.

Para finalizar essa reflexão, examinem-se, ainda, os exemplos abaixo:

Ele *trabalhou muito* hoje. *Por isso* rejeitou o convite para sair.

Ele *trabalhou muito* hoje. *Entretanto* não rejeitou o convite para sair.

O que se tem nos dois casos é uma relação de interdependência (no primeiro caso, um encadeamento normativo; no segundo, um encadeamento transgressivo).

Não se trata de um argumento e uma conclusão com sentidos independentes, mas de uma interdependência semântica, marcada, no primeiro caso, pelo conector normativo *portanto*; e, no segundo, pelo conector transgressivo *entretanto*.

Este deslocamento do foco de análise, saindo da noção de força argumentativa para a noção de interdependência semântica, permite explicar encadeamentos como:

Trata-se de uma *operação simples*. *Portanto* fique calma.

Se se levar em conta, no primeiro constituinte (*trata-se de uma operação simples*), a noção de força argumentativa do nome *operação* atenuada pelo acréscimo do *adjetivo simples*, fica difícil explicar a conclusão explicitada no segundo constituinte.

Então, qual o papel dos modificadores neste momento da teoria? Evidenciar uma interdependência semântica mais forte entre os constituintes envolvidos no encadeamento? Ou criar a ilusão de uma interdependência, a partir das escolhas operadas no enunciado? Nesse último caso, argumentar consistiria em produzir encadeamentos coerentes, subordinados a discursos mais gerais, que estariam por trás dos discursos particulares. De qualquer modo, a noção de interdependência nega a argumentação por demonstração lógica, em que argumento e conclusão têm sentidos independentes. Além disso,

permite tratar a relação entre duas escalas mais complexas: *quanto mais mais*; *quanto menos menos*; *quanto mais menos*; e *quanto menos mais*, relação explicitada no último exemplo. Antes da Teoria dos Blocos Semânticos, Ducrot (1995) já havia chamado a atenção para essa complexidade, quando propôs a noção de formas tópicas, preparando, entendemos, todo o quadro para a evolução da teoria. Deve-se admitir, entretanto, que nessa nova proposta (da TBS) tais relações são mais adequadamente explicitadas.

## REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Margada, 1983.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Théorie des Topoi*. Paris: Kimé, 1995.

CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. In: *Letras de hoje*. v. 32, n.6, mar., 1997, p.23-49.

DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire: principes de semantique linguistique*. Paris: Hermann, 1972.

\_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Tradução de Eduardo Guimarães do original francês *Le dire et le dit*, de 1984.

\_\_\_\_\_. *Léxico y gradualidad*. *Signo Et Señá*. Buenos Aires: Instituto de Lingüística/ Universidad de Buenos Aires, nº 9, p. 47-71, junio, 1998.

\_\_\_\_\_. *Polifonia y Argumentación*. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Calli: Universidad del Valle, 1988.

\_\_\_\_\_. Os internalizadores. In: *Letras hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n.129, set., 2002, p.7-26.